

A “COSTURA” DA BIBLIOTECA THAÍS S. ACÁCIO COMO CONTRARRESPOSTA AO DESMONTE DA REFORMA PSIQUIÁTRICA EM 2016 A 2019¹

Isabela Barbosa Ecar²
Rayane de Cássia Rezende³
Mariana Fontes Friaça da Costa⁴
Eduarda Pereira Chumbinho⁵
Yasmim Moreira Jacintho⁶
Maria Antonia Bertelli de Castro⁷
Ícaro José dos Santos Dias⁸
Bruno Quintino de Oliveira⁹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo traçar a perspectiva da Saúde Mental no contexto do desmonte da Reforma Psiquiátrica Brasileira, por meio da criação da Biblioteca Virtual Thaís S. Acácio mobilizada pelos integrantes da Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária (LAÇO) do Centro Universitário Academia (UniAcademia/JF). Compreende-se como as produções científicas da temática Saúde Mental, presentes no acervo desenvolvido, costumam o desmonte da lógica manicomial no campo da saúde pública e privada. Propõe-se que a construção do saber na temática da Reforma Psiquiátrica, sempre dinâmica, se faz presente em diferentes campos de saber, como a Psicologia, Serviço Social, Enfermagem e Medicina. Dessa forma, com o aporte teórico da Psicologia Social e Comunitária realizou-se uma pesquisa documental, a princípio, sem recorte temporal e, na segunda fase da pesquisa, com o recorte temporal entre os anos de 2016 e 2019, que diziam respeito ao desmonte da reforma psiquiátrica e da política de saúde mental durante esses anos e que compunham a Biblioteca. Por fim, tal elaboração culminou em parcerias, convites e participações da Laço em diversos espaços neste ano.

¹ Artigo produzido pelos membros da Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária como exigência anual do Centro de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Academia (UniAcademia/JF).

² Discente do curso de graduação em Psicologia do UniAcademia/JF. E-mail: isabelaecar@gmail.com

³ Discente do curso de graduação em Psicologia do UniAcademia/JF. E-mail: rayanecrez@gmail.com

⁴ Discente do curso de graduação em Psicologia do UniAcademia/JF. E-mail: marianaestudentepsi@gmail.com

⁵ Discente do curso de graduação em Psicologia do UniAcademia/JF. E-mail: dudachumbinho@gmail.com

⁶ Discente do curso de graduação em Psicologia do UniAcademia/JF. E-mail: moreirayasmim92@gmail.com

⁷ Discente do curso de graduação em Psicologia do UniAcademia/JF. E-mail: mariabertelli2020@gmail.com

⁸ Discente do curso de graduação em Psicologia do UniAcademia/JF. E-mail: icarojose.dossantos@gmail.com

⁹ Doutorando em Teoria Psicanalítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio) e docente do UniAcademia/JF. E-mail: brunooliveira@uniacademia.edu.br

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica Brasileira. Contrarreforma. Saúde Mental. Juiz de Fora.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo delinear la perspectiva de la salud mental en el contexto del desmantelamiento de la reforma psiquiátrica brasileña, a través de la creación de la biblioteca virtual Thais S. Acácio movilizada por miembros de la Liga Académica de Psicología Social y Comunitaria (LAÇO) del Centro Universitario Academia (UniAcademia/JF). Se entiende cómo las producciones científicas del tema salud mental, presentes en la colección desarrollada, tejen el desmantelamiento de la lógica manicomial en el campo de la salud pública y privada. Se propone que la construcción del conocimiento en el tema de la reforma psiquiátrica, siempre dinámica, está presente en diferentes campos del conocimiento, como la psicología, el trabajo social, la enfermería y la medicina. Así, con el marco teórico de la psicología social y comunitaria se realizó una investigación documental, en un primer momento, sin marco temporal y en la segunda fase de la investigación, con el marco temporal entre los años 2016 y 2019, que versó sobre el desmantelamiento de la reforma psiquiátrica y la política de salud mental durante estos años y que compuso la biblioteca. Finalmente, este desarrollo culminó con alianzas, invitaciones y participación de la Laço en diversos espacios este año.

Palabras clave: Reforma Psiquiátrica Brasileña. Contrarreforma. Salud Mental. Juiz de Fora.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta apresentar como a Reforma Psiquiátrica Brasileira teve grande protagonismo em Juiz de Fora. Para tal, neste ano, enquanto membros da Laço, desenvolvemos o projeto “Biblioteca Thais S. Acácio” com o objetivo de organizar as produções científicas acerca da temática da Luta Antimanicomial. Todo este trabalho não se encerrou na área da Psicologia, pois apostamos que outras veredas epistemológicas poderiam somar a nossa pesquisa. Assim, utilizamo-nos de produções das mais diversas áreas que atuam no contexto da Saúde Mental como, por exemplo, o campo da medicina, serviço social e enfermagem. Os documentos da Biblioteca, portanto, estão organizados nas seguintes pastas: indicadores, legislações, notas técnicas, notícias, relatórios, trabalhos acadêmicos e vídeos.

Esta construção foi pautada por uma ampla estratégia de busca on-line, bem como em acervos físicos da cidade. Assim, com o aporte das pesquisas encontradas é inegável o retrocesso acometido ao âmbito da Saúde Mental, galgado por um processo acelerado de desmonte da política nacional acerca da

temática entre os anos de 2016 e 2019. Este período marca a edição sem fundamentação teórico-científica de cerca de quinze documentos normativos que orientam a “Nova Política Nacional de Saúde Mental” (NPNSM), pautada pela situação política anômala brasileira desde a ruptura institucional de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff e o início do governo Temer. Por isso, pretende-se levantar a importância do resgate da memória histórica da loucura, como forma de resistência ao desmonte da rede de atenção psicossocial humanizada marcada pela liberdade, pelo respeito e autonomia de seus usuários, enfatizando o cenário local de Juiz de Fora. Também, verifica-se a legitimidade do debate levantado buscando os melhores caminhos de enfrentamento ante aos desafios encontrados nos parâmetros da atenção psicossocial em um país de dimensões continentais e com arbitrariedades socioeconômicas específicas (Cruz; Gonçalves, Delgado, 2020). Assim, reitera-se o quão fundamental é a luta por uma sociedade sem manicômios, isto é, sem manicomializar ou patologizar singularidades.

2 A CONTRARREFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

No Brasil, a história da reforma psiquiátrica é marcada pela oscilação entre momentos de avanços com aumentos de discussões e surgimento de ações focadas nos serviços de saúde mental e de estagnação ou retrocessos. Partindo do pressuposto de que o manicômio é uma lógica, não apenas um espaço físico e geográfico, observa-se que, atualmente, tem-se novas formas de configuração da lógica manicomial, em uma outra roupagem, mas com as mesmas capturas de saber.

Com a Lei nº 10.216 (Brasil, 2001), é inaugurado o redirecionamento do modelo de assistência à saúde mental. Os serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, entretanto, em algumas práticas e cuidados acabam reproduzindo mecanismos característicos da psiquiatria tradicional, reforçado e incentivado pelos interesses dos grupos dominantes. Análogo a isso, observa-se a presença de um processo de remanicomialização, aliado a uma visível crise na reforma psiquiátrica brasileira pautada no desmonte dos avanços conquistados por meio da constante luta antimanicomial.

Segundo Cruz, Gonçalves e Delgado (2020), a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, inaugura um novo rumo das políticas sociais no Brasil, baseado na interrupção do processo democrático. Neste mesmo ano, com o início do governo Temer, é determinado o congelamento de verbas destinadas às políticas sociais, incluindo o Sistema Único de Saúde (SUS), por vinte anos, a partir de uma medida provisória, que se tornou a Emenda Constitucional 95/2016. Este fato marca o início das diversas mudanças ocorridas entre os anos de 2016 e 2019 que retrocedem as políticas públicas de saúde mental.

No período de dezembro de 2016 a maio de 2019, foram editados cerca de quinze documentos normativos, dentre portarias, resoluções, decretos e editais, que formam o que a nota técnica 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS veio a chamar de “Nova Política Nacional de Saúde Mental” (Brasil, 2019f, p. 4). Essa ‘nova política’ se caracteriza pelo incentivo à internação psiquiátrica e por sua separação da política sobre álcool e outras drogas [...] (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020, p. 2).

Na passagem supracitada, evidencia-se a gravidade das mudanças propostas pela ‘nova’ PNSM, que sustenta a chamada “contrarreforma psiquiátrica”. Em 2017, a Resolução nº 23 buscou estabelecer diretrizes para regionalização e planejamento ascendente das Redes de Atenção à Saúde no SUS, operando pelo princípio da transparência entre os aparelhos da rede, efetivando-se através de Comitês Executivos de Governança das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Nesse sentido, a Comissão Intergestores Tripartite, com tal resolução, confere um compromisso entre os entes federados de forma a atender as necessidades dos brasileiros, além de estabelecer um planejamento regional integrado para que as RAS sejam organizadas, fornecendo parâmetros para planejamento, custos, transparência e comunicação. Assim, a atenção básica/primária se situa enquanto ordenadora das RAS, coordenando o cuidado para e da população.

3 A CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA: UMA CONTRARRESPOSTA

Como posto por Arbex (2019), Juiz de Fora fazia parte do chamado “Corredor da Loucura”: a maioria dos manicômios de Minas Gerais ficavam nos municípios de Belo Horizonte, Barbacena e Juiz de Fora. Ressalta-se que este último chegou a ter 1792 leitos psiquiátricos em 1980 e que o último hospital

psiquiátrico de Juiz de Fora foi fechado em 2015. De maneira ampla, a cidade ainda se insere como um polo da rede de saúde mental, tendo em vista que, mesmo com a promulgação da Lei 10.216/2001, ainda existem práticas de manicomialização, sobretudo no setor da saúde privada.

Assim, a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária (PSC), principalmente devido ao fato da maioria dos membros ter integrado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Crítica e realidade brasileira, promovido durante os meses de abril a junho de 2023 pela professora Kíssila Mendes, os estudos para a construção deste artigo foram orientados pela leitura de textos que focam na crítica à psicologia e sua subordinação ao capital e colonização-dependência (Costa; Mendes, 2021). Os textos de Ignacio Martín-Baró que orientam o fazer prático da PSC também foram inspiração, bem como os estudos referentes à luta antimanicomial em Juiz de Fora, inclusive o que dá o nome a biblioteca virtual, a dissertação “O processo de Reforma Psiquiátrica em Juiz de Fora: uma construção”, defendida em 2019 pela psicóloga mineira Thaís Silva Acácio no Programa de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), que está disponível em nossa biblioteca.

Dessa forma, a pesquisa documental neste presente ano se iniciou com a criação da biblioteca Thais S. Acácio, tal acervo surgiu a partir da necessidade de organizar e trazer visibilidade para as produções referentes à luta antimanicomial, sobretudo, em como ela reverberou na cidade de Juiz de Fora. Em um primeiro momento, foram realizadas inúmeras pesquisas para compor a biblioteca, essas foram feitas sem um recorte temporal, tendo como critério serem publicações que mencionam Juiz de Fora e/ou Minas Gerais. Para isso, foi utilizado uma seleção de termos relacionados a saúde mental para serem buscados nos bancos de dados, sendo eles: álcool e drogas; manicômio; hospital psiquiátrico; RAPS; desinstitucionalização; CAPS; Clínica São Domingos; Casa de Saúde Esperança; Hospital Aragão Vilar; Clínica Serro Azul; Clínica Pinho Masini; Hospital São Marcos; residência terapêutica (serviço residencial terapêutico – SRT); e comunidade terapêutica. Após a busca, as publicações encontradas começaram a ser arquivadas seguindo as normas da Associação Americana de Psicologia (APA) e foram designadas para as pastas

correspondentes a sua categoria. Estas se dividiram em legislações, notas técnicas, notícias, trabalhos acadêmicos e vídeos.

Em um segundo momento, foi realizado um filtro sobre o que permaneceria no acervo, no qual os materiais que não contemplavam o contexto de Juiz de Fora foram excluídos. Ao finalizar a parte virtual, voltou-se a pesquisa para o campo, sendo feita a digitalização de TCCs, teses e dissertações na biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), além de ter sido solicitado os documentos que não foram encontrados virtualmente. Nesse sentido, após a montagem da biblioteca foi efetuado um recorte de tempo do período de 2016 a 2019 para a elaboração do artigo. Tal linha temporal se estabeleceu por conta da temática escolhida, que diz respeito ao desmonte da reforma psiquiátrica e da política de saúde mental durante esse período.

Dentro desse contexto, a iniciativa de construir uma biblioteca virtual que reúna documentos que refletem sobre o campo da atenção psicossocial é apostar que há um resgate da memória histórica bem como impulsionar a causa antimanicomial de Juiz de Fora. A cidade, que foi pioneira no fechamento dos primeiros manicômios, enfrenta atualmente o desmantelamento das políticas de saúde mental, juntamente aos expressivos investimentos em comunidades terapêuticas. Conforme levantado por Costa e Mendes (2020, p. 53):

Em março de 2019, ampliou-se o número de CTs e de vagas para internação nessas instituições financiadas pelo governo, a partir de um edital que dispensou licitação. Ao todo, 496 CTs, disponibilizando 10.883 vagas, foram financiadas pelo Ministério da Cidadania, totalizando até agosto de 2019 R\$153,7 milhões no ano (QUEIJO, 2019). Considerando o levantamento do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA, 2017) sobre tais instituições, estimou-se 1.963 mil CTs no país. Sendo assim, 25% delas são financiadas diretamente apenas por um ministério. Comparativamente, o orçamento de 2019 para os 406 Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas (CAPSad), principal dispositivo assistencial especializado na área, de orientação comunitária, territorializada e cuidado não hospitalocêntrico, foi de R\$158 milhões.

Com uma população atual de 540.756 habitantes (IBGE, 2022), Juiz de Fora conta apenas com um CAPS AD para atender toda a população, sendo necessário mais dois para atender o público total da cidade de acordo com a Portaria nº 3.088, 2011 que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no país, acrescida mais adiante da portaria 3.588 (Brasil, 2017).

Os trabalhadores do CAPS AD da nossa região denunciaram em 2022, as péssimas condições de trabalho do local (SINSERPU-JF, 2022) que, posteriormente, teve seu teto caído e precisou mudar temporariamente para um lugar que não foi planejado arquitetonicamente para ser um CAPS. Além disso, também é importante ressaltar que as regiões norte e rural da cidade carecem de ambulatórios ou CAPS no seus territórios, permanecendo desassistidas nesses aspectos ou, quando assim necessitam, precisam de um extenuante deslocamento até o serviço.

Portanto, há uma urgência inegável na criação de um movimento dedicado a impulsionar significativamente os investimentos em políticas públicas de saúde mental. A nossa resposta, sendo um contraponto essencial, almeja estabelecer o alicerce inicial para um comprometimento genuíno com a luta antimanicomial — uma batalha enraizada nos princípios fundamentais dos direitos humanos e da dignidade. Além disso, este acervo, de domínio público, foi o primeiro passo para a construção de um “Memorial da Loucura” em Juiz de Fora e, assim, espera-se que com a participação popular, dos profissionais e usuários da Rede de Atenção Psicossocial e estudantes de psicologia, seja um elemento vital nesse processo, fortalecendo ainda mais o compromisso comum com a luta antimanicomial da cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a proposta de se opor ao desmonte da política nacional de saúde mental que se deu entre os anos de 2016 e 2019, o presente estudo sinaliza a importância de manter-se ativo na luta antimanicomial, uma vez que ainda há vestígios implícitos e explícitos da lógica manicomial presente nos serviços de saúde, negligência do poder estatal por meio da falta de financiamento dentre outros. Assim, sem desconsiderar que ainda há avanços a serem feitos nas políticas públicas de saúde mental no Brasil, o profissional de psicologia deve estar atento para se contrapor a possíveis retrocessos.

Portanto, espera-se que o estudo contribua trazendo discussões acerca das práticas não refletidas, impulsionadas pela expressão das classes dominantes, por meio do apagamento histórico, bem como a reprodução de discursos enraizados pela lógica manicomial, que fere direitos humanos e a dignidade do

sujeito. O trabalho visa, assim, ser uma ferramenta possibilitadora da libertação dos usuários juízes foranos das amarras colonizadoras, através do resgate das potencialidades da população marginalizada e seus respectivos sofrimentos durante os duros anos manicomial, além de guiar os profissionais de psicologia e da área de saúde mental para uma prática antimanicomial.

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, T. O processo de Reforma Psiquiátrica em Juiz de Fora: uma construção. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, **Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 2019.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. 1º ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**. Brasília, 6 de abril de 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 30 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 251, p. 59. 30 dez. 2011. Seção 1. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_comp.html>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Portaria nº 3.588, de 21 de Dezembro de 2017. Altera as portarias de Consolidação nº 3 e nº6, de 28 de Setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 245, 22 dez. 2017, Seção 1. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html>. Acesso em: 19 nov. 2023.

COSTA, P. H. A. ; MENDES, K. T. A miséria da psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1–17, 2021. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e4113. Acesso em: 05 ago 2023.

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T. Contribuição à Crítica da Economia Política da Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira. **Argumentum**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 44–59, 2020. DOI: 10.18315/argumentum.v12i2.28943. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/28943>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CRUZ, N. F. DE O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G.. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, p. 7–27, jan. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 31 jul 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução N° 23/2017**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2017/res0023_18_08_2017.html. Acesso em: 22 nov. 2023.

Trabalhadores do CAPS denunciam e repudiam sucateamento e desmonte do sistema. **SINSERPU-JF**. Juiz de Fora, 01 nov. 2022. Notícias. Disponível em: <https://www.sinserpujf.com.br/2022/11/01/trabalhadores-do-caps-denunciam-e-repudiam-sucateamento-e-desmonte-do-sistema/>. Acesso em 17 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Juiz de Fora. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora>. Acesso em: 17 nov. 2023.